

2ª quinzena de novembro de 1999

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 54

Lalo de Almeida / Folha Imagem

BNDES*A mão
amiga*
do CAPITAL

O único banco público brasileiro de fomento a projetos de longo prazo resolveu prestar solidariedade financeira a grupos estrangeiros em prejuízo de empreendimentos sociais e empresas nacionais.

Páginas 6 e 7

O maior ataque já feito às universidades públicas brasileiras ocorre na República dos Professores. O governo tenta quebrar a unidade do sistema federal enquanto aposta na paulistização do ensino superior, alerta Hégio Trindade

Encarte Especial





Tristão Maus

Economia e exclusão

O velho BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) criado por Vargas nos anos 50 para financiar o desenvolvimento, pois já naquela época o nosso sistema financeiro privado não era capaz de financiar o equipamento do aparelho produtivo, ganha no nome o S de social, mas nos fatos se afasta cada vez mais deste objetivo.

Financia a reestruturação produtiva destruidora de empregos. Com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), seus rituais de crédito afastam a média e micro-empresas (estas geradoras de emprego) e ultimamente como mostra a reportagem, vem cada vez mais estendendo seus préstimos e empréstimos para as grandes empresas estrangeiras, comprar com juros abaixo do mercado, as estatais privatizáveis. Diga-se de passagem, que os tarifas que o governo vem concedendo ao setor de serviço público privatizado, para que as novas empresas privadas possam mostrar que são mais eficientes que a gestão pública, vão permitir que tais empréstimos sejam pagos com os lucros monopólicos (agora privados) das próprias empresas adquiridas pelo setor privado.

De quebra, os dividendos dos acionistas estrangeiros remetidos para o exterior vão desequilibrar ainda mais o balanço de pagamentos do Brasil, pois o título de remessas de lucros, royalties e dividendos passaram de cerca de US\$ 2,5 bilhões em 1994 para US\$ 7 bilhões em 1998.

Pudera, além da orgia das privatizações, o decantado investimento estrangeiro direto (cerca de US\$ 26 bilhões

em 1998) foi a razão de 75% investido na compra de empresas já existente, entre as quais as privatizadas. Isto significa que a maior parte dos investimentos não é criador de novas capacidades de produção, em geral é destruidor de empregos e gerador de déficit no balanço de pagamentos, pois além de tudo, segundo os especialistas, não aporta no setor exportador.

A grande burguesia nacional, habituada ao papel de sócio menor do capital internacional e também depositária das benesses do BNDES, chora as lágrimas de crocodilo, pois acha que assim já é demais.

Esta evolução da economia além das mazelas antes citadas nos afasta ainda mais da independência tecnológica, tornando a Universidade, principalmente a pública, mais supérflua ainda para um modelo econômico como o atualmente vigente. Não vamos esquecer

que as estatais eram quase as únicas comandantes de tecnologia nacional, com seus centros de pesquisa e parceria com a universidade, da qual a existente entre a UFRJ e a Petrobrás para exploração de petróleo em águas profundas é um exemplo emblemático.

Por essa e por outras que temos insistido que este modelo econômico é coerente e tem uma lógica que nos exclui, como também exclui a maioria dos brasileiros.

Por isso temos que lutar contra ele globalmente para lutar pela universidade pública, gratuita e de qualidade. E por lutarmos pela universidade pública, lutamos também contra esse modelo econômico excludente

“A universidade pública tornou-se supérflua para esse modelo econômico”

Calendário da UFRJ

Professores, funcionários e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) terão que permanecer na instituição a partir do ano 2000 por 50 dias a mais. De acordo com o novo calendário aprovado pela UFRJ, os 200 dias de aula serão divididos em quatro períodos de 50 dias. Entre cada um deles, haverá uma semana de férias. O reitor, José Henrique Vilhena, acredita que a medida deve reduzir o índice de abandono de curso que hoje chega a 50% dos alunos. Vilhena rechaçou as críticas de que o objetivo do novo calendário seja o de encurtar o prazo de formatura em um ano. Sem detalhar as idéias para o que chamou de “desenvolvimento de propostas didáticas inovadoras”, proporcionado pela nova configuração, Vilhena afirmou apenas que o sistema garantirá a titulação de 75% a 80% dos estudantes que ingressam na universidade.

Representação

O Ministério Público recebeu dois pedidos de representação contra as universidades públicas, solicitando a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino. As entidades responsáveis pelas solicitações são a Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), de São Paulo, e o Projeto Universidade para Todos, de Vitória. Conforme o jornal O Estado de São Paulo, 86,5% dos estudantes aprovados em Odontologia e 82,5% dos que passaram em Medicina na Universidade Federal do Espírito Santo estudaram em escolas particulares. Na Folha de São Paulo, a informação é que apenas 19,8% dos aprovados no último vestibular da USP estudavam em colégios públicos. Os estados de Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo entraram com representação contra as universidades públicas.

Escola pública

Com a preocupação de proporcionar uma formação mais ampla, muitos pais de classe média, em Brasília, estão matriculando seus filhos em escolas públicas. Entre os fatores que levam a essa decisão, os pais mencionam a liberdade dos professores em criar aulas diferentes e uma possibilidade de interferir na linha pedagógica do colégio. O vestibular tem deixado de ser impedimento para matricular os filhos em escolas públicas. Levantamento do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB) revelou que o índice de alunos da rede pública aprovados no primeiro vestibular deste ano chegou a 48%. O fato tem sido creditado também ao Programa de Avaliação Seriada, que avalia o desempenho dos alunos durante o ensino médio.

Insônia e humor

Dor de cabeça, dores musculares e variações de humor são alguns dos sintomas identificados em pessoas que acordam muito cedo. Segundo cientistas da Universidade de Westminster, na Inglaterra, o hábito de acordar cedo, geralmente associado a uma vida saudável, aumenta a tendência ao estresse. Eles descobriram que os “madrugadores” têm maior nível de cortisol, o hormônio do estresse, no sangue. Os malefícios são ainda maiores para quem ronca. A apnéia obstrutiva causa cansaço, irritação e interfere na vida sexual de homens e mulheres. Conforme estudo do National Naval Medical Center, em Bethesda, Maryland, sem obstrução nasal durante o sono, as pessoas ficam mais alertas e menos cansadas, aumentando as chances de um melhor funcionamento sexual. O estudo afirma ainda que o ronco é responsável pela perda de bilhões de dólares em produtividade, acidentes e custos médicos.

Política e religião

Religiosidade e manifestação política convivem sem contradições entre os estudantes da UnB, revelou uma pesquisa do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da instituição. Dos 332 alunos entrevistados, 89% acreditam em Deus.

Nos anos 60, quando grupos marxistas disputavam o controle do movimento estudantil na UnB, ser ateu ou agnóstico era a palavra de ordem. Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese que o esoterismo praticado hoje não é apolítico e faz parte de um movimento contracultural. Outra novidade revelada pelo levantamento é que o maior grau de fé coincide com um padrão elevado de moralismo. Neste ponto, a realidade de hoje é similar à de 30 anos atrás. Tanto no passado como atualmente, os alunos ligados à religião e politicamente esclarecidos são radicalmente contra o uso de drogas, o sexo fora do casamento e o homossexualismo.

Alguns números da pesquisa: estudantes católicos (44,6%); acreditam em Deus e em Jesus (89% e 81%, respectivamente); adeptos do horóscopo e da interpretação de sonhos (65,6% e 43,3%); rezam e lêem a Bíblia diariamente (55% e 11%).



Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

MOBILIZAÇÃO

Paralisação nacional reafirmou protesto da sociedade às políticas do governo FHC

Mídia minimizou as manifestações mas não pôde ignorar o clima de descontentamento

Para a maioria dos principais veículos de comunicação do país - jornais, rádios, TVs e revistas -, foi um dia de fracassos, transtornos e excessos. O Dia Nacional de Paralisação e Protesto, realizado em 10 de novembro com a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Movimentos Populares (CMP) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de outras entidades sindicais e partidos políticos de esquerda, não teve a adesão esperada nem provocou no Planalto o desconforto causado em outras mobilizações. Essa foi a análise monocórdia dos grandes veículos de comunicação.

O ponto de vista adotado pela mídia, entretanto, não é único e tampouco reflete a verdade absoluta. Para os atores envolvidos nos atos de protesto, as ações de 10 de novembro produziram resultados valiosos. É o que pensa o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, que estimou em cerca de 1,5 milhão os participantes em todo o país. Vicentinho destacou que "gostaria que houvesse mais gente" mas ressalta que o dia de protesto fora convocado não com a pretensão de parar o Brasil mas, sim, promover ações que caracterizassem um "dia atípico". Na realidade, o número de participantes somou 500 mil a mais do que o esperado pela central.

Calendário de mobilização

As mobilizações em 10 de novembro foram o ponto alto de uma seqüência de ações de protesto incluídas na Jornada Nacional de Lutas. Desse calendário já fizeram parte a Marcha dos 100 Mil sobre Brasília (26/8), a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública (6/10) e a Marcha Popular (7/10). Contudo, como freqüentemente costuma ocorrer nessas ocasiões, a mídia preferiu destacar a baixa adesão em capitais

importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, e concentrar a cobertura nos "transtornos" causados ao restante da sociedade. O bloqueio de pedágios pelos manifestantes do MST, por exemplo, foi destaque em todos os veículos, com ênfase para a ação que resultou no incêndio de um posto na rodovia Castelo Branco, no interior paulista. Outra visão que dominou o noticiário foi a tese que a paralisação só deu certo nas capitais onde a categoria dos rodoviários aderiu às manifestações. No Rio Grande

do Sul, a Zero Hora considerou que a "greve não foi geral, como pretendia a oposição, mas mexeu com a vida de milhares de gaúchos".

Entretanto, somando-se o tempo dispensado pelos meios eletrônicos sobre o assunto ao volume de papel gasto para falar do mesmo tema, é razoável admitir que o protesto atingiu, pelo menos, um de seus objetivos imediatos: chamar a atenção da sociedade e do governo federal para o crescente clima de descontentamento com o atual modelo de gestão econômica.

Adesão na Ufrgs

Engrossando a participação no movimento de paralisação, os professores da Ufrgs levaram para as ruas sua pauta de reivindicações, que inclui mais verbas para a Educação, uma agenda de discussão entre o MEC e a comunidade universitária, além da recomposição sala-

rial no percentual de 57,57%. O calendário de atividades começou pela manhã, quando os professores promoveram um "arrastão" no campus central da Ufrgs, partindo às 10h do prédio da Faculdade de Educação. Após concentração com funcionários e alunos na Praça Argentina, os manifestantes seguiram em marcha até o Largo Glênio Peres, onde a comunidade da Ufrgs se integrou ao restante do movimento gaúcho na luta por emprego, salário, previdência, reforma agrária e pelo não pagamento das dívidas interna e externa, além dos direitos sociais.

Fontes oficiais

Mas não é apenas com relação a movimentos sociais que a imprensa privilegia determinados pontos de vista. Quando o assunto é educação, a mídia costuma privilegiar as fontes governamentais, dando destaque aos programas ou ava-

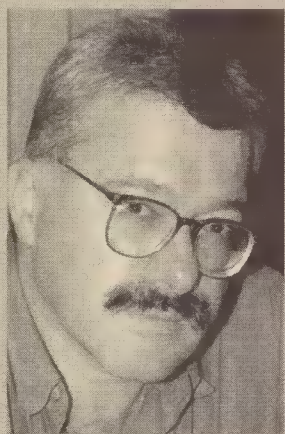
liações oficiais. Essa é a principal conclusão de uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB). Colhendo notícias publicadas em 62 jornais do país no período entre 1998 e 99, os pesquisadores constataram que 83% das reportagens têm como base a relação Estado-Educação. Apenas 17% do material analisado abordou a questão do Ensino sem a intermediação do poder público. Somente com anúncios de programas oficiais, os governos ocuparam 46,7% das matérias e reportagens publicadas.

O estudo também acompanhou o serviço de clipping do Ministério da Educação e da Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi) por 31 dias a cada ano. Os jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil concentraram 33% do total de notícias sobre Educação publicadas pelos 62 periódicos acompanhados pelo levantamento.



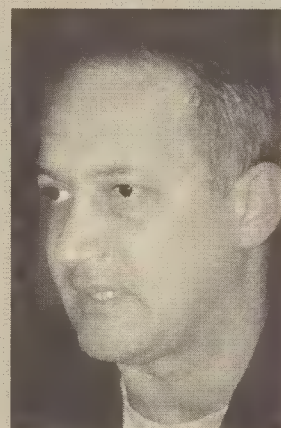
Adesão: manifestantes de todo o estado participaram de protesto realizado no Centro de Porto Alegre

A opinião da academia e do sindicato



"Cerca de 70% dos professores da Ufrgs aderiram à paralisação. Cresce na Universidade a consciência de que a sobrevivência da instituição está vinculada à mudança da política econômica"

Carlos Schmidt - presidente da Adufrgs



"Foi o maior protesto em nosso Estado nestes 5 anos de governo FHC. Em 31 cidades, foram mobilizados 200 mil trabalhadores. E foi a primeira vez que a Brigada Militar não tratou o assunto como caso de polícia"

presidente da CUT/RS - **Francisco Vicente**

DUPLA FACE

A reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos de escolas também públicas é a forma adequada de tentar democratizar o ensino superior?

Luiza Helena Malta Moll / Faculdade de Direito - Ufrgs

Discriminações não autorizadas pela Constituição



As ações afirmativas ou discriminações positivas encontram um marco em John Rawls (*A Theory of Justice*, Harvard University Press, 1971). Sustenta o filósofo que a concepção relativamente igualitária de justiça distributiva que caracteriza a teoria política liberal se expressa no "princípio da diferença", segundo o qual as desigualdades econômicas e sociais devem ser compensadas pelo Estado, beneficiando os que se encontram em posições menos vantajosas. Contudo, é também um teórico do liberalismo, F. A. Hayek (*Os Fundamentos da Liberdade*, Editora UnB, Pensamento Político, vol 56, 1986), quem põe dúvida na ação do Estado interferindo nas forças de mercado de modo a ajustá-las para algum ideal de igualdade, afirmando que se perderiam os efeitos benéficos em termos de eficiência e nos confrontaríamos com amplas desigualdades, em especial aquelas que secundariam os esforços para redução das desigualdades sócio-econômicas. Isto porque os indivíduos diferem em seus atributos como a capacidade, os quais o governo não pode alterar para assegurar-lhes a mesma posição material que, por sua vez, exige do governo que os trate diferentemente.

Constitui-se como ação afirmativa o crédito educativo. Conforme dados divulgados pela Folha de São Paulo, dos 80 mil universitários que o solicitaram, 49,2 mil passaram pela avaliação, outros 33,8 mil não. Destes, 18,5 mil (55%) foram desclassificados por renda insuficiente. O número de aceitos é inferior à estimativa de 60 mil beneficiados, ou seja, 10,8 mil vagas sobraram. O estudante excluído do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) tem dois caminhos para estudar: ou passa no concor-

rido vestibular das universidades públicas ou disputa bolsas nas particulares. Tais regras foram criadas para reduzir a inadimplência, pois de cada cem alunos, 60 não pagaram o governo, o que levou o programa à falência. Não receberam o crédito os que comprometiam 60% do ganho da família para pagar 30% da mensalidade. O programa cobre 70% do preço da faculdade. A seleção pegou a fatia do meio da população, entre os mais e os menos carentes.

Vai nessa direção o projeto de lei do senador Antero Paes de Barros que reserva 50% das vagas das universidades públicas para alunos da rede pública de ensino.

A exposição de motivos refere que a lei é "medida de ação afirmativa" para "atenuar a discriminação imposta às camadas mais pobres". Apenas 45% dos alunos das universidades federais viriam de escolas públicas. Os senadores poderiam encontrar percentuais inferiores. Mas a boa intenção oculta o sentido da discriminação negativa em relação aos que dependem do crédito educativo e sequer tiveram acesso a ele, além de incorrer em outras distorções, como lembradas pelo rico debate travado na grande imprensa nacional, "O projeto de cotas nas universidades estatais para alunos de escolas públicas revela o descaso dado à educação pública no país. O que dificulta o acesso desses estudantes às universidades é a má qualidade do ensino médio e fundamental público"... "Qualquer pessoa medianamente informada sabe qual será, em futuro próximo, o custo de tamanha estreiteza: o agravamento das assimetrias entre o Brasil e os países mais avançados, o aprofundamento da dependência ... subdesenvolvimento

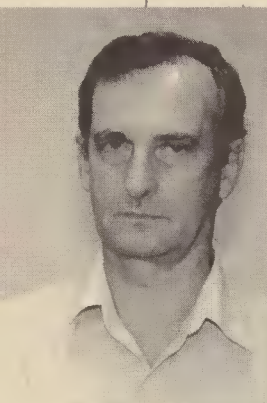
vai ser pouco"... "se consolidado, vai castigar todas as famílias que, a contragosto e, na maior parte, com sacrifícios, foram compelidas a matricular os filhos em escolas privadas de ensino fundamental e médio por acreditar na boa qualidade e formação integrais das mesmas"... "Como abrigar alunos fora das exigências de qualidade? Não se estará praticando o inverso do pretendido pelo projeto? E quem, a duras penas, teve estudos pagos por 1 ou 2 anos em uma barata e ineficaz escola privada, que há aos milhares, deve ser excluído?"

De modo que, fora do critério do mérito para o acesso às vagas públicas, qualquer outro gera discriminações inaceitáveis nos marcos do Estado Democrático de Direito. O concurso público ainda é o melhor caminho e se exige do Estado que invista pesado na educação em todos os níveis para condicionar o motor do desenvolvimento social.

Aliás, considerando o projeto sob o viés jurídico-constitucional, ao excluir os que se enquadram nas situações antes referidas, tal lei ensejaria uma arguição de inconstitucionalidade por flagrante violação da isonomia (art. 5º da CF/88), além de serem inconstitucionais as discriminações não autorizadas pela Constituição. São dois os ângulos da violação. O primeiro, ao outorgar benefício legítimo ao grupo de estudantes do ensino público, o ato é inconstitucional, mas o Supremo Tribunal Federal não poderia retirá-lo pela via da ação direta porque não é sua função suprimir direitos. Como resolver a inconstitucionalidade? Estendendo-se as vagas aos discriminados. O 2º ângulo é o da corrida dos discriminados, individualmente, aos Tribunais.

Mário Wrege / Instituto de Pesquisas Hidráulicas - Ufrgs

Reserva de vagas e cidadãos de segunda espécie



Há que se decidir a que serve a Universidade. Em princípio, deve servir para lidar com o Conhecimento: desde a crítica até a divulgação. Assim, o critério de acesso à Universidade tem sido o de avaliar as capacidades intelectual e cognitiva, além da cultura básica, geral e científico-matemática. Um outro aspecto importante é que os aceitos têm de passar por um processo de seleção. Tal seleção tem caráter classificador, entrando apenas os que atingiram os níveis mais altos de desempenho, ao processar dados e ao emitir análises compatíveis com os padrões científicos e culturais. Ou seja, já há uma reserva de vagas na atividade universitária, naturalmente. É a reserva aos melhores qualificados. Aqui, não importa a origem, aí incluídos: raça, religião, partido, ascendência, classe, procedência ou qualquer outra.

Há que se lembrar, também, a história. Já houve tentativas de reserva de vagas. Lembremo-nos das reservas aos agricultores (Lei do Boi) e aos militares (Lei da Bota). Ambas foram descontinuadas. Ou seja, tal processo é artificial, pois estranho ao sistema e à tradição universitários. Assim, ao desconsiderar a premissa

básica da atividade universitária - o processo de seleção por mérito, intelectual e cognitivo - o processo escolhido não vinga. Isto, por dois motivos básicos. Um, a atividade universitária exige alto desempenho na área do trato do Conhecimento. Outro, a desconsideração dos critérios básicos de admissão gera uma desconfiança natural em torno das pessoas assim beneficiadas. Assim, até serem aceitas e assimiladas, elas terão que mostrar desempenho como os demais já demonstraram desde o início. E isto não é preconceito: é a tradição e é a prática acadêmica que já atingem a quase um milênio de existência (de novo, a História).

Há, ainda, outro aspecto. Tal proposta é também uma violência. É uma clara intromissão no princípio da autonomia universitária. Esta também tem raízes na História, além de razões óbvias que levam ao livre pensar. Se uma universidade preferir privilegiar certo perfil de estudante, tal decisão só seria aceita se fosse tomada autonomamente. Consequentemente, tal instituição iria preparar-se para lidar com os alunos assim admitidos. Além do aspecto da tradição, a autonomia é garantida constitucional-

mente. Ou seja, a regra fundamental de constituição da Nação garante à Universidade a capacidade de decisão, independente das instâncias de Governo. Há, ainda, o aspecto de constitucionalidade.

Por último, mas não menos importante, há a cultura do "coitadinho". Neste país, procura-se resolver de forma administrativa e mágica as desigualdades. De novo, o que tem que ser feito é cumprir-se a Constituição: prover Educação e escolaridade a todas as crianças em idade escolar, um dever do Estado e um direito do Cidadão. E oferecer escolas agradáveis, com corpo docente qualificado e motivado, fazendo com que a frequência à escola seja algo agradável, além de obrigatório.

Ou seja, ou se encara a Educação como algo que determina o futuro desta Sociedade, algo sério e contínuo, além de estratégico, ou estaremos constantemente tentando resolver problema com soluções imediatistas e populistas. Assim, o problema permanece. O melhor é não catalogar certos estudantes como cidadãos de segunda espécie. Geremos, desde o início, apenas, Cidadãos e Cidadãs.

SERVIÇO

Ufrgs inaugura novo ambulatório

Comunidade universitária tem mais uma opção de serviços médicos e odontológicos

Longas filas à espera de marcação de consultas, consultório dentário sem condições adequadas de higiene, falta de pronto-atendimento ambulatorial qualificado e centralizado. Essas eram algumas das reclamações da comunidade universitária da Ufrgs ao procurar os serviços oferecidos no antigo prédio da Química, pela Divisão de Saúde e Convênios, da Superintendência de Assuntos da Comunidade Universitária (Assucom).

Desde o dia 27 de outubro deste ano, um novo posto de atendimento da Divisão de Saúde e Convênios está funcionando no prédio da Junta Médica da Universidade, ao lado do Hospital de Clínicas, na Avenida Protásio Alves. Um andar inteiro foi disponibilizado para prestar atendimento a professores, servidores técnico-administrativos e alunos da Ufrgs, principalmente aqueles com direito à bolsa-carência.

Após aproximadamente um ano de reformas, foram construídos dois consultórios dentários, sala para utilização de raio-X odontológico, consultório médico, sala de recepção, três salas de espera - uma delas também utilizada para minipalestras sobre saúde -, toalete unissex, enfermaria, sala de vacinas e um ambiente de recreação para crianças. "Foi um investimento à altura da comunidade da Ufrgs", garante o superintendente para assuntos da comunidade universitária, Sílvio Ramos Corrêa. Os recursos utilizados para a implantação do novo módulo de saúde foram repassados do Fundo de Assistência à Comunidade Universitária.

Na enfermaria do novo posto são atendidos casos de pronto-atendimento e realizados procedimentos ambulatoriais simples como verificação da tensão arterial, aplicação de injeções, pesagem, nebulização e troca de curativos. A sala de vacinas funciona como posto de imunização da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com um convênio firmado entre a Prefeitura e a Universidade. A prevenção do tétano acidental, da hepatite tipo B e do sarampo está sendo feita de acordo com o risco de contaminação a que estão expostos os integrantes da comunidade da Ufrgs. Por lidarem com sangue e resíduos orgânicos, somente servidores e estudantes das áreas de saúde têm acesso à imunização contra a hepatite. Campanhas de vacinação tradicionais como a da



Demanda: renovado, serviço de odontologia atende a 140 pacientes por semana

Poliomelite e contra eventuais epidemias serão acompanhadas pelo posto. "Desconheço qualquer outra universidade federal que tenha serviço similar", salienta a diretora da Divisão de Saúde e Convênios, Rosângela Rodrigues. Qualquer pessoa que tenha vínculo com a Ufrgs tem acesso a estes serviços.

Marcação de consultas e atendimento odontológico

Além da vacinação e do atendimento ambulatorial, o posto atende às pessoas interessadas em marcar consultas no Hospital de Clínicas e ter acesso a toda a estrutura de exames e de equipamentos do hospital. Servidores, docentes, alunos com benefício-carência e seus dependentes legais podem agendar atendimento em qualquer uma das 30 especialidades médicas disponíveis. Cardiologia, dermatologia, clínica geral, psiquiatria, ginecologia e ortopedia são algumas das ênfases oferecidas ao público. "Após a marcação da consulta, ninguém espera mais de 48 horas para ser atendido", declara a diretora da divisão. O posto distribui de 37 a 50 fichas para consulta, diariamente, para os primeiros a chegar, a partir das 8h. O mesmo número de agendamentos é realizado no ambulatório no Campus do Vale.

"Sempre tive convênio com a Unimed, perdi e fiquei sem 'pai' nem 'mãe'", diz a estudante de Relações Públicas Carla Bestetti, que estava marcando consulta pela primeira vez, desde que conseguiu

atestar carência e ter direito ao serviço. Grávida de seis meses, é a primeira vez que ela vai fazer o exame pré-natal. "Ainda não consegui fazer uma ecografia", lamenta.

O serviço de consultas dentárias foi o que recebeu os maiores benefícios. Paradoxo há dois anos por falta de condições de trabalho e de higiene, no antigo local, o atendimento odontológico foi devidamente reativado pela Divisão de Saúde. Quatro profissionais atendem semanalmente 20 crianças e 120 adultos. A prioridade nas consultas é a conscientização para a higiene bucal e a prevenção de cáries e placas. "Explicamos como se usa a escova de dentes e a importância do fio dental. Num segundo momento, trabalhamos a parte curativa do tratamento", explica o dentista Ênio Gigante. Faz parte do serviço odontológico a profilaxia - limpeza dos dentes -, a restauração, a extração e os atendimentos urgentes. Tratamentos de canal, colocação de aparelhos e próteses não são realizados.

Jorge Marchi, analista de sistemas no CPD da Ufrgs consultou o dentista e aprovou a atenção dispensada. Ele diz que sempre se tratou com médicos particulares mas, por causa de dificuldades econômicas, resolveu procurar o serviço. "Aprovei", destaca o funcionário. Sua única reclamação é a "burocracia" na marcação das consultas. "Podia ser otimizada a entrega de fichas, mas o resto está muito bom", conclui.

**Divisão de Saúde e Convênios
Janeiro a Outubro/99****Vacinas aplicadas**

Tétano Acidental: 1.256 doses
Hepatite B: 1.242 doses
Sarampo: 6 doses

Consultas oferecidas: 14.388

Procedimentos de Ambulatório: 1.388

Consultas Odontológicas

Adultos: 120 por semana
Crianças: 20 por semana

RÁPIDAS

Conad rejeita autonomia do governo

A Andes decidiu que não aceitará nenhuma espécie de regulamentação ao artigo 207 que prevê a autonomia universitária. A decisão foi tomada no 39º Conselho Nacional das Associações de Docentes da Andes (Conad), realizado nos dias 19 a 21 de novembro, em Curitiba. Um novo Conad já está marcado para fevereiro, quando a discussão sobre a autonomia universitária recomeçará nacionalmente. O Conad é realizado duas vezes por ano e, desta vez, teve como um dos principais objetivos definir a opinião da Andes em relação à autonomia universitária e à deficiência no financiamento da pesquisa nas universidades brasileiras.

Informandes

O sistema universitário chileno, o conflito vivido pela Colômbia, a situação dos hospitais universitários e uma entrevista com o deputado Pedro Wilson, coordenador da Frente Parlamentar de Defesa da Universidade Pública, são alguns dos assuntos incluídos na edição de outubro da revista Informandes.

Neste número, que já está sendo enviado a todos os associados, a matéria de capa aborda as investidas do governo para tentar impor a contribuição previdenciária aos servidores públicos aposentados e pensionistas.

Partidos e banditismo

"Partido político é abrigo ideal para bandido. Partido político é um aglomerado de gente interesseira, especializada em aperfeiçoar mecanismos para roubar o dinheiro público e enriquecer graças a esse roubo. Partido político é um ajuntamento de pessoas de moral duvidosa e comportamento suspeito, especialistas em criar leis que favoreçam a permanência delas mesmas e de seus familiares no poder e nas regalias".

Essas definições nada elogiosas, que "se aplicam à absoluta maioria dos partidos e dos políticos brasileiros de hoje", são da articulista da "Folha de São Paulo", Marilene Felinto. Segundo ela, fica difícil "alertar o povo para não votar em bandido" quando não há controle nem punição sobre partidos como o PPB e o PFL que "abrigaram (ou abrigam) em seus quadros a maioria dos políticos casados ou sob suspeita de irregularidades nos últimos anos". Marilene lista os nomes de suspeitos ou acusados de serem ladrões, matadores, traficantes ou corruptos nos quadros do PFL e PPB.

Especialidades médicas

Cardiologia	Farmacologia	Ortopedia
Cirurgia	Gastroenterologia	Otorrinolaringologia
Climatério	Genética Médica	Oncologia
Clínica Geral	Ginecologia	Pediatria
Dermatologia	Hematologia	Pneumologia
Doença do Trabalho	Nefrologia	Proctologia
Endocrinologia	Neurologia	Psicologia
Enfermagem	Nutrição	Psiquiatria
Estomatologia	Odontologia	Reumatologia
Fisiatria	Oftalmologia	Urologia

BNDES

Um poço sem fundo, para ser sem fundo, precisa gerar recursos hídricos inesgotáveis. Hipoteticamente, pode saciar a sede de toda uma região, quicá de uma nação. E como é sem fundo, a água que dele sai não carece de voltar. Nos últimos cinco anos, os administradores do governo federal parecem ter resolvido cavar este poço nas dependências do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mais precisamente, perto do cofre. Depois de financiar a juros "atraentes" as empresas privadas nacionais interessadas na privatização das estatais, a instituição agora começa a prestar solidariedade financeira a grandes corporações internacionais.

James Görgen

Não se fez de rogado o seletor grupo de investidores estrangeiros convidado pelo próprio governo federal a se esbaldar nesta fonte de recursos públicos. Mais do que uma honra ou um chamariz, o precedente aberto pelos três últimos presidentes do banco inverteu o conceito de soberania nacional na política de fomento do BNDES. Somente neste ano, o banco irá conceder US\$ 20 bilhões sob a forma de financiamentos a projetos de longo prazo. Como os recursos não são tão inesgotáveis quanto se faz crer, a instituição passou a escolher quem merece e quem não merece o dinheiro. As últimas operações financiadas pelo banco, em 1999, demonstram que a prioridade do momento não é o incentivo ao setor privado nacional e, muito menos, a projetos sociais de grande interesse público. Na verdade, os investimentos realizados até aqui revelam que o interesse dos estrangeiros está concentrado nas oportunidades de mercado com demanda reprimida, como é o caso das telecomunicações e da energia elétrica. Brincando de Deus, os executivos do banco estão atrelando o futuro do país a uma dependência industrial e tecnológica cada vez maior em relação aos países que essas corporações estrangeiras representam.

Em 27 de outubro, o governo mostrou publicamente até que ponto estava disposto a alterar a rota do dinheiro destinado a financiamentos do setor privado. Poucas horas antes do leilão da Companhia de Energia Elétrica do Tietê (Cesp - Tietê), os condutores do processo de venda da estatal paulista anunciaram que o BNDES iria liberar um empréstimo de US\$ 360 milhões para que o grupo norte-americano AES pudesse adquirir a empresa. E assim foi feito. Com o "empurrão" financeiro do banco, a AES pagou US\$ 938 milhões pela Cesp-Tietê (ágio de 29%, o mais baixo que São Paulo recebeu por uma estatal do setor energético). O valor do empréstimo repre-

sentou 50% do preço mínimo estipulado pelo governo e foi fundamental para a participação da AES. "Sem esse crédito, não entraríamos", afirmou o presidente da AES Brasil, Luiz David Travesso.

Talvez pela primeira vez, empresários brasileiros, políticos de esquerda e sindicalistas formaram um coro único de descontentes e foram para os microfones bater forte na decisão de se liberar recursos a empresas estrangeiras. Segundo o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Nicolau Jeha, o dinheiro seria mal empregado porque estes grupos "não vão gerar nem um dólar de receita comercial para produzir superávit. Vão ter lucro e fazer remessas em dólar para a matriz. E isso agrava o problema da balança comercial". Longe do economês, a oposição ressaltou que boa parte do orçamento do BNDES tem origem na arrecadação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "É um absurdo tirar dinheiro do FAT para dar aos estrangeiros", disse o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

Além do prejuízo à soberania nacional, a mudança do enfoque estratégico embutida nos últimos financiamentos liberados pelo BNDES é um negócio financeiro obscuro à primeira vista. Em seu livro "O Brasil Privatizado - Um balanço do desmonte do Estado", o jornalista Aloysio Biondi não teve condições de reunir informações detalhadas sobre o montante destinado pelo BNDES a consórcios privados que compraram estatais nos últimos sete anos do processo de desestatiza-

Caridade internacional com dinheiro público

Lalo de Almeida/Folha Imagem



AES: grupo americano só entrou no leilão da Cesp-Tietê depois de garantir o financiamento

ção. Ele apenas classifica esta soma de "incalculável". "É essa a rotina: os 'compradores' acabam recebendo, muitas vezes, empréstimos superiores à própria 'entrada', ou ao próprio preço 'pago' pela estatal", conclui Biondi.

No seu site (www.bnades.gov.br), a instituição mantém as omissões apontadas pelo jornalista. Existem informações detalhadas sobre quanto o país arrecadou com as privatizações. Em nenhuma tela, porém, consta a informação de quanto foi adiantado pelo próprio BNDES (sob a forma de empréstimos ou aporte de capital) para que muitos dos leilões tivessem um vencedor. É possível estimar que até este ano a "solidariedade" do banco não tivesse beneficiado tantos investidores estrangeiros. Pelo menos, não diretamente. Consórcios que disputavam as empresas eram formados por uma "salada" de grupos nacionais e estrangeiros com interesses para investimentos muito específicos.

Incluindo as privatizações de empresas públicas estaduais e o setor de Telecomunicações, de 91 a 99 (até julho) o investimento externo direto (IED) nos leilões significou US\$ 30,94 bilhões sobre um total de US\$ 71,19 bilhões arrecadado. Dessas três dezenas de bilhões de dólares, 59,3% se concentrou na compra das empresas de telefonia leiloadas em julho de 98. Com isso, Estados Unidos, Espanha e Portugal saltaram à frente no ranking dos países

que mais investiram no Brasil. A cesta de compras das três nações chegou a US\$ 23,565 bilhões. No setor elétrico, a movimentação também foi grande. De acordo com o próprio BNDES, a venda da Light contou com 61% de capital estrangeiro, ou US\$ 1,38 milhões. Na Gerasul, o IED chegou a 100% dos US\$ 879 milhões oferecidos pelo grupo belga Tractebel. Novamente cabe salientar: não houve divulgação pública de quanto destes montantes saíram do BNDES.

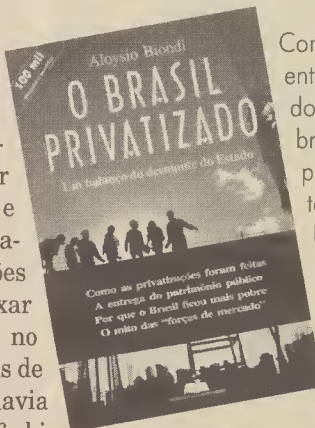
Fora do âmbito da privatização, o nome e os recursos do banco se fazem presente sempre que há o anúncio da realização de algum investimento de empresas estrangeiras no Brasil. Foi assim com a instalação de uma unidade da General Motors no Rio Grande do Sul e com o caso Ford, que iria receber US\$ 550 milhões para se instalar no mesmo estado e acabou tendo liberado US\$ 691 milhões quando decidiu se fixar na Bahia. Somente no ramo das montadoras de veículos, o BNDES havia liberado US\$ 1,026 bi-

lhão até setembro deste ano.

O que importa menos neste caso, talvez não seja onde está o fundo do poço dos recursos. Boa parte deste dinheiro deve retornar aos cofres públicos. A análise desprezada pela maioria dos críticos da conduta do BNDES foi o motivo que leva o governo a proceder desta forma em relação ao capital internacional. Talvez uma boa resposta esteja em um editorial veiculado no site "Oficina de Informações": "o governo federal quer exorcizar, de qualquer maneira, o fantasma da fuga dos investidores, ainda que pisoteando mais uma vez a soberania do país e privilegiando, abertamente, um grande grupo empresarial americano".

Um guia do desmonte

Com R\$ 5 no bolso, qualquer cidadão brasileiro pode entrar em uma livreria e levar para casa um minucioso dossiê sobre a lógica que norteou as privatizações brasileiras e entender um pouco mais sobre a participação do BNDES neste processo. Publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, "O Brasil Privatizado - Um balanço do desmonte do Estado", do jornalista Aloysio Biondi, é um livro que revela em 50 páginas a maior parte das informações e dados estatísticos que o noticiário das seções de Economia de jornais e telejornais preferiram deixar de fora enquanto se enfatizava os louros da desestatização na visão do governo e da economia de mercado.



Velas para os "pobres"

"Nós somos pobres. Eles são milionários." A frase não pareceria carregada de ironia se não tivesse partido de quem partiu: o empresário Antônio Ermírio de Moraes, controlador do império empresarial Votorantim e administrador de um patrimônio calculado em R\$ 5 bilhões. Ele foi um dos primeiros a sair em defesa da proibição em relação aos recursos públicos quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) resolveu aquilhoar o grupo norte-americano AES com um financiamento de R\$ 360 milhões para pagar parte da Companhia de Energia Elétrica do Tietê (Cesp-Tietê), estatal leiloadada pelo governo em novembro. Moraes não se valeu de tamanha eloquência quando a mesma instituição resolveu destinar, de 1997 para cá, R\$ 1,8 bilhão para uma de suas corporações - o consórcio VBC Energia, formado pela Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa - participar das privatizações de estatais do setor elétrico. Mais do que a ganância do poderoso industrial brasileiro, esta atitude do BNDES revelou que sua atual direção tenta dosar de uma maneira equilibrada os benefícios que distribui ao setor privado. Seja ele brasileiro ou cambojano.

Mesmo liberando capital para investidores estrangeiros, o banco não descuidou a porção que cabe às grandes empresas nacionais. De uma forma geral, a grita de Antônio Ermírio foi tomada pela opinião pública somente como uma reclamação partindo de outro interessado no negócio da Cesp-Tietê. Cercado do apoio da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entretanto, o esperar do

"rei do cimento" pode ser interpretado como algo mais do que isso.

O empresário paulista representa a elite industrial brasileira, que começa a se sentir desprestigiada pela política de "democracia financeira" do governo Fernando Henrique Cardoso. Eles formam a chamada ala desenvolvimentista da economia brasileira e reclamam cada vez que o governo vem fechando a torneira de recursos para seus projetos. Para equilibrar a gangorra de interesses locais e transnacionais, o BNDES acaba acendendo duas velas: uma para os "milionários" estrangeiros e outra para os "pobres", personificados por Antônio Ermírio.

Em maio, o banco anunciou que estava criando uma nova empresa para bancar um delicado mecanismo de conversão de dívida: trocar bônus de longo prazo desta empresa por papéis de 90 grupos nacionais que lançaram títulos no exterior. A oposição, e até mesmo o Banco Mundial (Bird), logo levantou a suspeita de que o BNDES poderia estar voltando a operar como o "hospital" que salvava empresas da morte na década de 80.

No início de novembro, o banco mostrou que o "hospital" continuava aberto. Enquanto financiava a AES, realizou uma "injeção de recursos" de R\$ 400 milhões na Globocabo, operadora de TV paga das Organizações Globo. Tudo para reestruturar a composição acionária da empresa e reduzir o perfil de uma dívida avaliada em R\$ 600 milhões. Até aquela data, haviam sido liberados R\$ 229,6 milhões para a empresa da família de Roberto Marinho, cuja vela tem um reconhecido pavio curto.

"Nós somos pobres. Eles são milionários."

Empresário Antônio Ermírio de Moraes, a respeito do empréstimo de R\$ 360 milhões concedido pelo BNDES à AES.

-tins/Folha Imagem

A "grana" do BNDES é mais verde que a dos bancos vizinhos

Porque empresas nacionais e estrangeiras brigam pelos recursos públicos da instituição

✓ Nenhuma instituição do Brasil oferece financiamento com prazos de pagamento tão longos quanto os do BNDES. Eles variam de cinco a oito anos.

✓ Recursos são mais baratos para empresas nacionais por serem oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) é de 12,5% e taxa de risco não passam de 4%. No mercado, um empréstimo para capital de giro custa 37% ao ano.

✓ Além das mesmas razões transcritas acima, os estrangeiros preferem dinheiro do BNDES porque não precisam pagar o empréstimo caso o "risco Brasil" cause mudanças cambiais ou crises econômicas agudas. No exterior, o empréstimo tomado não está sujeito a qualquer tipo de perdão.

Félix H. D. Gonzáles / Professor da Ufrgs

Intervenção dos EUA na Colômbia já produziu as primeiras vítimas



Depois das ações no Kosovo, os Estados Unidos se apressam para agir de novo como a “polícia do mundo” e voltam seu olhar desta vez para a Colômbia, pequeno país da América do Sul de 40 milhões de habitantes que sofre uma guerra civil não declarada há mais de 35 anos.

Até dois ou três anos atrás, a principal preocupação de Washington em relação à Colômbia era com a cocaína e a heroína produzidas nesse país e que abastecem 80% do mercado norte-americano. De fato, Washington vem falando da possibilidade de intervenção militar em território colombiano desde meados da década de 90, quando o narcotráfico aumentou seu poderio e influência econômica não somente na Colômbia mas também fora de suas fronteiras.

A nova situação agora é que ao narcotráfico soma-se o crescimento da guerrilha que começa a preocupar, pois na avaliação de analistas políticos esses grupos teriam a possibilidade real de tomar o poder em função de novos fatores. Por muito tempo a guerrilha colombiana foi vista como fazendo parte da paisagem das montanhas. Ocasionalmente ocorria também protagonismo subversivo em algumas cidades, mas não se pensou que poderia comprometer a estrutura de poder dos partidos políticos tradicionais da burguesia (liberal e conservador) que se revezam no poder até hoje. É claro que sempre foi um problema de ordem militar que demandava esforços e recursos, mas que não impediu que a economia do país crescesse sem parar nas últimas décadas. Finalmente, a economia entrou este ano em uma brutal recessão sem precedentes.

A ingovernabilidade da Colômbia está chegando aos limites, fruto de manejos inadequados do conflito. A política de enfrentar militarmente a subversão ao longo de três décadas, a falta de propostas políticas para resolver os problemas socioeconômicos que, afinal, são a causa precípua do conflito, a prática de extermínio de qualquer dirigente político de oposição, sindicalista, ativista de direitos humanos ou simplesmente jorna-

lista, juiz ou prefeito com alguma aparência progressista, criou um vazio no espaço político alternativo e empurrou ao crescimento de grupos armados de esquerda.

Além de não ser neutralizada, a guerrilha multiplicou-se por 3 nos últimos 10 anos e hoje é uma força de cerca de 20 mil combatentes entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) que atuam em quase 80 frentes de combate e dominam informalmente 40% do território colombiano, área equivalente ao estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, também têm surgido as forças paramilitares de direita que, inicialmente, eram grupos de jagunços isolados criados por fazendeiros para enfrentar tentativas de seqüestros, e hoje são 8 mil combatentes bem armados e treinados, aglutinados numa organização denominada Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Segundo dirigentes guerrilheiros, as

AUC fazem o “trabalho sujo” que o exército não pode fazer e que se resume em chacinas de civis indefesos por serem suspeitos de simpatizar ou auxiliar a guerrilha.

Apesar das seguidas tentativas de eliminar a guerrilha, o seu poderio militar cresce a cada nova campanha do exército. O momento atual mostra que a guerrilha já não é mais

uma pedra no sapato e sim uma grande dor de cabeça. Os EUA começam a ver o processo como uma ameaça real, ainda mais com a posição estratégica da Colômbia, vizinha ao Canal do Panamá, que não pertence mais aos norte-americanos, e à Venezuela, cujo atual governo não agrada muito a Washington. O jornal “Página 12”, de Buenos Aires, menciona que “os falcões norte-americanos” vêem na Colômbia a oportunidade de intervir em uma espécie de “tiro por elevação”, isto é, impedir que a paz seja possível com a guerrilha porque poderia servir de referência para neutralizar os zapatistas no México, suspender a entrega do Canal de Panamá sob pretexto de segurança e cercar com tropas o processo político que Hugo Chávez lidera na Venezuela.

A intervenção, em princípio, não pretendia ser com soldados norte-americanos em combate como já foi feito no Panamá, Granada, República Dominicana e Nicarágua entre outras intervenções na América Latina, mas através de testas-de-ferro usando países membros da OEA, dos quais só a Argentina do servil Menem manifestou-se de prontidão. No Brasil, foi noticiado pela revista “IstoÉ”, na edição de 20 de outubro passado, que existe uma operação secreta, aparentemente coordenada pela CIA, para recrutar mercenários, principalmente pilotos, pagando 10 mil dólares por missão para combater a guerrilha na Colômbia.

De qualquer forma, a intervenção já é um fato. Este ano o dinheiro norte-americano em ajuda militar à Colômbia bateu seu próprio recorde, constituindo a 3ª maior ajuda militar dos Estados Unidos no mundo. Esta ajuda inclui equipamentos, armamento e variada tecnologia bélica, além da presença de mais de 2.000 assessores militares. Dados fornecidos por testemunhas em áreas de combate dão conta da participação de aviões com bandeira norte-americana. Há dois meses atrás, um sofisticado avião militar da Força Aérea dos Estados Unidos, conhecido como DAS-H, especializado em comunicações, caiu nas montanhas do sul da Colômbia matando cinco oficiais norte-americanos e dois colombianos, tornando-se as primeiras vítimas da intervenção dos Estados Unidos na Colômbia. A versão oficial indica que o avião colaborava com as autoridades para localizar laboratórios de produção de drogas. Para o jornal “El Espectador”, de Bogotá, os Estados Unidos estavam espionando a guerrilha das FARC com o DAS-H. Por sua vez, o Estado Maior das FARC advertiu que “se os Estados Unidos continuarem a intervir na Colômbia, suas tropas regressarão ao seu país com resultados trágicos em mortos e feridos”.

O rótulo de “narcoguerrilhas” que Washington dava aos grupos insurgentes colombianos vai ter que ser revisado, pois já não seriam mais grupos de traficantes armados que visavam só o lucro e não teriam ideologia e nem ambições políticas. O quadro muda e Washington se preocupa diante da possibilidade de instalação de um estado marxista na América do Sul.

“ A intervenção já é um fato. O dinheiro dos EUA para ajuda militar à Colômbia bateu seu recorde: ocupa a 3ª posição no mundo ”

Mapa da guerrilha

Região dominada pelas Farc é equivalente ao Estado do Rio de Janeiro

● Área ocupada



Fonte: site Revolução (<http://members.xoom.com/nchrcp>)

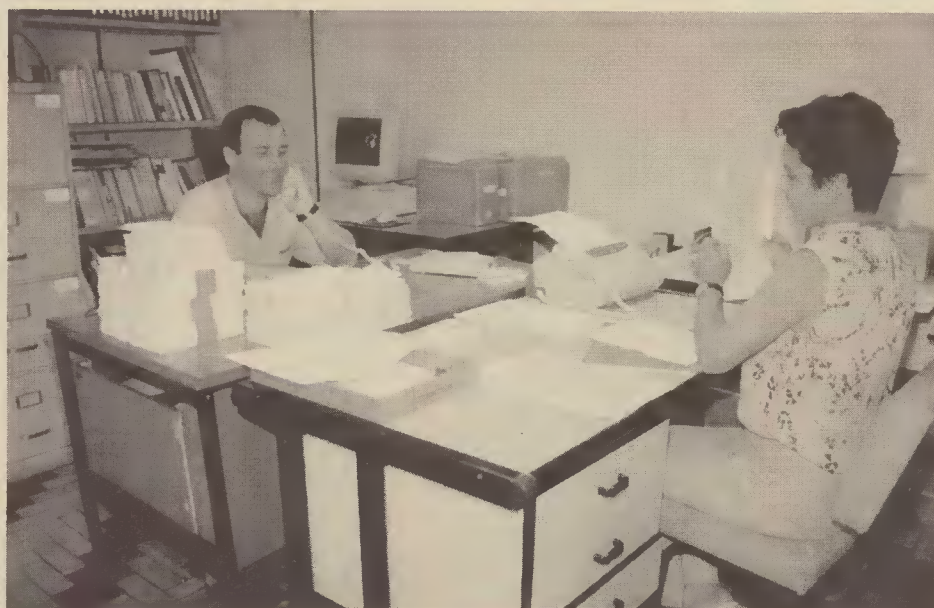
CONED

Porto Alegre será a capital da Educação

Educadores de todos os estados chegam à cidade em dezembro para discutir os rumos do ensino no país

Até a metade de novembro, mais de 2 mil pessoas já haviam se inscrito para o 3º CONED (Congresso Nacional de Educação), a ser realizado em Porto Alegre, no período de 2 a 5 de dezembro. O sucesso de público confirma o trabalho desempenhado desde o mês de agosto, quando foi montada, na sede da Adufrgs, uma Secretaria para coordenar as atividades de planejamento e organização do evento. Trabalhadores da educação, estudantes, representantes de instituições de ensino, de entidades sindicais e acadêmicas estarão reunidos neste Coned que terá como tema "Educação, Democracia e Qualidade Social".

Foram previstas três conferências para orientar a discussão dos temas nas mesas de trabalho: "Educação como Direito de Todos", com a professora Marilena Chauí; "Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação: sujeitos da História", com o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro; e "Estado, Educação e Democracia", com o governador do Estado, Olívio Dutra, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont. Além das conferências, serão promovidas 40 mesas de trabalho, que deverão aprofundar as discussões sobre o tema central do Congresso. O evento acontecerá num momento de grande discus-



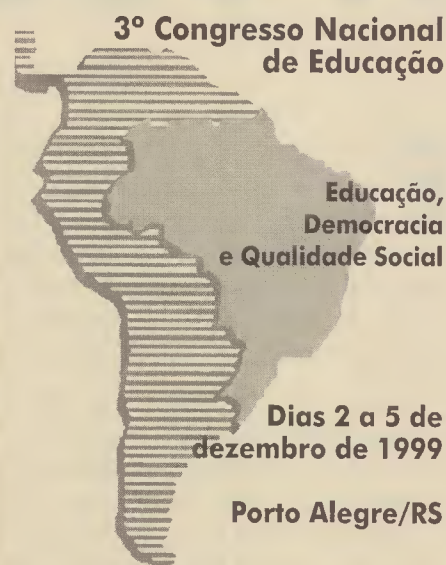
Planejamento: secretaria trabalha em ritmo acelerado na organização do evento

são e luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional.

Encontro da CEA

Também no início de dezembro - dias 1 e 2 - será realizado o encontro sobre "Educação e Integração", promovido pela CEA (Confederação dos Educadores Americanos). Os temas do encontro são: "Papel das Centrais Sindicais do Cone Sul e

a integração dos trabalhadores da Educação: Situações e perspectivas", "Políticas e Perspectivas das Reformas Educacionais na Região: Experiências", "Ensino Superior, inclusão e exclusão, integração do conhecimento na região", "Ensino Técnico e formação profissional na região" e "A função dos trabalhadores da educação: Estratégias em sua formação".



Dias 2 a 5 de dezembro de 1999

Porto Alegre/RS

Taxas de inscrição para o 3º Coned

Estudantes: R\$ 15,00

Trabalhadores na educação básica: R\$ 30,00

Trabalhadores na educação superior: R\$ 40,00

Outros participantes: R\$ 40,00

Denis Rosenfield / Depto de Filosofia-Ufrgs, ex-vice-presidente do CNPq

Sobre mal-entendidos e recursos para C&T

Gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos a propósito de matéria publicada no Jornal **Adverso**, relativa à minha fala na reunião da ANPOCS:

1. o sentido de minha intervenção foi o de continuar a tornar públicos os dados de C & T, de modo que possamos qualificar cada vez mais a discussão em nosso país. Parece-me que há um vácuo em nossos debates a respeito por falta de informação. Quanto melhor informados formos, melhor estaremos em condições de decidir sobre o que fazer com os recursos alocados e, sobretudo, de intervir junto ao governo pela busca de maiores recursos, imprescindíveis para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Tanto mais proveitosos serão nossos debates quanto mais avançarmos nesta área. Na gestão anterior no CNPq, implementamos e aprimoramos a divulgação de todos os resultados das reuniões de concessão de auxílios e bolsas através de nosso site, numa clara intenção de transparência de todas as nossas ações. Estou cada vez mais convencido de que esta prática deve ser generalizada a todas as decisões tomadas, inclusive aquelas que não necessariamente passam pelos consultores e pelos

comitês assessores;

2. os dados divulgados na reunião são, como consta na matéria, dados oficiais do CNPq. O que eu fiz foi cruzar estes dados com os respectivos governos da República a partir de 1980 até hoje. Esses dados, eu já os tinha transmitidos enquanto dirigente do CNPQ, ao Diário de Pernambuco, que a mim os havia solicitado. Entendia naquele momento, e continuo a entender hoje, que a transparência dos dados e das decisões são fundamentais para o funcionamento de todas as instituições de uma sociedade democrática e, particularmente, das Universidades e Agências de fomento. Nada deveria ser mais natural que o tratamento da coisa pública fosse público. Infelizmente, esta tautologia nem sempre é verdadeira. Esclareço ainda que, salvo pequenas modificações, o orçamento do CNPq para o ano que vem está previsto para ser aproximadamente o mesmo deste ano, não alterando, pelo momento, a série histórica;

3. parece-me imperioso um debate

mais amplo sobre as causas desta série histórica, visando a estabelecer uma correlação, por exemplo, entre o apoio à ciência e à tecnologia e governos que procuram um desenvolvimento sócio-econômico mais voltado para aquilo que se considera como "nacional". Esta palavra tem caído em desuso visto a ideologia da globalização que tomou conta de nosso país. Entretanto, o que observamos nos países desenvolvidos é uma de-

fesa ferrenha dos seus interesses "nacionais", deixando para nós, como produto de exportação, a idéia que o "nacional" tornou-se anacrônico. Não há país que tenha se desenvolvido sócio-econômicamente sem uma sólida base

universitária e de pesquisa nacionais. Essa discussão torna-se, cada vez mais, urgente;

4. houve um pequeno mal-entendido involuntário na matéria publicada pela Folha de São Paulo, pois apareceu como se a intervenção da Professora Alice Abreu fosse uma crítica relativa a esses dados, quando o seu contexto foi outro.

Ela referia-se às transformações administrativas em curso no CNPq quando da alteração de ministro e, depois, da direção do CNPq. Visávamos, naquele momento, agilizar administrativamente o CNPq, conferir-lhe maior transparência e retomar o apoio sistemático e regular não somente de bolsas, mas também de fomento à pesquisa mediante as modalidades "Auxílio à pesquisa" e "Grupos integrados". Respondi, naquele momento, que não havia armadilhas, senão falta de tempo para que pudessemos concluir reformas que visavam privilegiar diretamente o apoio aos pesquisadores e aos grupos de pesquisa, diminuindo a intermediação institucional, que é uma função própria da outra agência de fomento, a Capes. Era, e sou da opinião, que devemos manter as especificidades das duas agências, não solicitando a uma que cumpra a função da outra, pois o perigo pode ser a reunião de ambas e a consequente diminuição dos recursos de C & T.

Estou, evidentemente, à sua disposição e a de qualquer pesquisador ou pesquisadora para eventuais esclarecimentos suplementares.

Plínio Marcos* / Ator e dramaturgo

A vocação

Há dois anos, Adverso publicou um texto exclusivo de Plínio Marcos. Com a morte do dramaturgo, ocorrida em novembro, republicamos a escrita em que o autor vasculha a alma na busca de um alento para a missão do educador.

Eu não entrei na trilha dos saltimbancos por acaso, nem pra ser um reles fazedor de graça. Eu queria consagrar a minha vida através de um imperioso apelo vocacional. Mas as pessoas, com suas receitas de sucesso, sem nenhum escrúpulo, sem nenhuma sensibilidade, vieram me falar de mil e um palhaços geniais.

Tem um que comove multidões ao aprisionar um raio de Sol, pra levar pra casa... Tem um que faz balões de gás dançarem alegremente ao som de seu trompete... Tem um que ridicularizou um tirano, um assassino sanguinário que queria ser o senhor absoluto do mundo... Tem um comprido, de calça pela canela, arcado pra frente devido ao pesado fardo da indignação contra a mecanização imposta ao homem moderno... Tem o magro sonso... E o gordo ingênuo e bravo... Tem os que dão piruetas, saltam, dão cambalhotas, levam bofetões... Tem os que tocam música clássica em garrafas vazias penduradas num varal... Tem outro... e outro... e outro... Tem aquele pobre palhaço louco, que andava pelas igrejas jogando malabares diante das imagens da Santa Maria; esse, me disseram, morreu enforcado na cruz do Senhor Jesus Cristo, numa catedral gótica...

Escutei, humilde, a história de cada um desses incríveis artistas que viajavam pelas vias da loucura. Saber desses palhaços... para mim, Bobo Plin, um palhacinho de merda que começava a engatinhar nos picadeiros mal iluminados das espeluncas... saber desses palhaços, só serviu pra me tolher. Quanto mais eu sabia deles, mais e mais Bobo Plin, o palhaço que eu queria ser, se enroscava nas minhas entranhas. A referência esmagava minha intuição e provocava autocensura. A comparação, maldita inimiga da igualdade, fazia dos magníficos histriões elementos inibidores da minha criatividade.

Agora, Bobo Plin não quer saber da façanha desses belos palhaços. Não quer vê-los. Nem quer saber de seus bigodes, sapatões, guizos, pompons, bolas, balões e babados. A magia dos grandes artistas não pode ser ensinada; são segredos que se aprende com o coração. Essa magia se manifesta quando se resolve fazer a própria alma. Para Bobo Plin se irmanar com os grandes palhaços que luziram nos palcos e picadeiros tem que esquecer deles para sempre. Não pode recolher nenhuma indicação deixada no caminho. Tem que andar sem bússola, na mais tenebrosa escuridão. Qualquer brilho, qualquer estrela, qualquer sol, qualquer referencial vira um ponto hipnótico embrutecedor. E eu quero fazer a minha alma.

* Plínio Marcos só estudou o primário, foi artista de circo, jogador de futebol, funileiro, soldado e muitas outras coisas. Sua primeira peça de teatro, *Barrela*, tem mais de 40 anos de dramaturgia. Autor profícuo e polêmico, sofreu intensa censura durante a ditadura militar. Plínio Marcos produziu este texto para o **Adverso**, de apelo vocacional e impressionista, certo de que os professores "estão precisando".



Quanto vale um bufão

Silvânio Mariani - Editor

Um dos grandes prazeres em se fazer um jornal é o contato obrigatório com as mais diferentes figuras humanas. Por dever de ofício, fala-se com meio mundo. Ou, com um oitavo do mundo, pelo menos. Tive a oportunidade de conversar com Plínio Marcos em duas ocasiões quando buscava arrancar para o *Adverso* um texto do "autor maldito" que andava meio esquecido. "Claro que escrevo", me respondeu uma singela voz de tenor e ficou acertada uma coluna de texto no prazo de dez dias. O ex-palhaço de circo vivia, digamos, uma pequena dificuldade na captação de recursos. Seus livros não vendiam como best-sellers e as consultas de tarô mal garantiam a sobrevivência. Daí que algumas linhas encomendadas forneciam um extra irrecusável.

É difícil entender que fatores levaram um autor de novelas, contos e dezenas de festejadas peças teatrais a ganhar o esquecimento de sua geração e o anonimato para os que vieram depois. Produção e qualidade literária não faltavam para quem foi considerado como o sucessor de Nelson Rodrigues, que referiu-se a Plínio como um homem de "talento esmagador". O motivo para a marginalidade de Plínio talvez tenha partido dele próprio quando decidiu virar personagem de si mesmo. Muita gente o confundiu com os tipos de suas peças, recheadas de ladrões, prostitutas, travestis, lésbicas e cafetões. Ao optar novamente pela máscara de palhaço, manteve intacto seu teatro, apesar da censura, das prisões e do ostracismo. Entretanto, a auto-marginalidade o impediu de ganhar dinheiro. Mas, afinal, dinheiro parece ter pouco valor para os fanfarrões.



Robson de Freitas Pereira / Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre

A transformação do mal

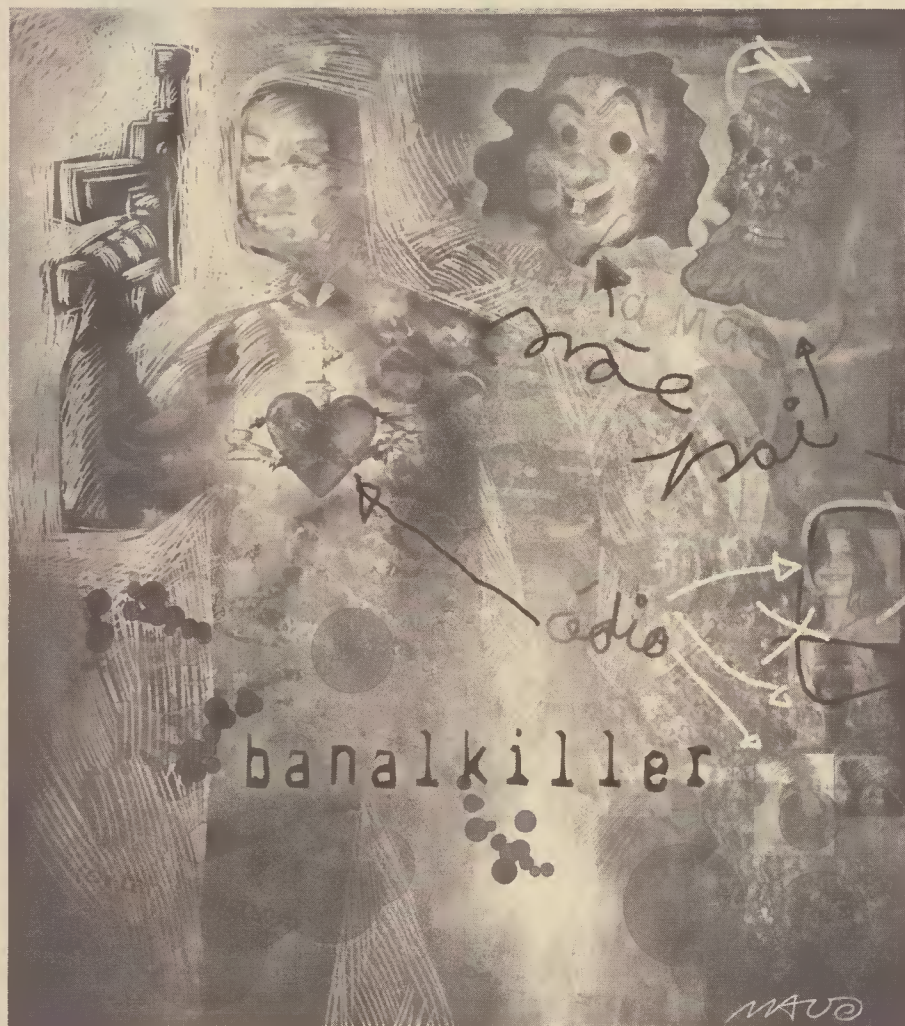
"Happiness is a warm gun"
Lennon e McCartney

Mídia - Sociedade - Hipócrita".
As palavras estavam escritas em um

dos bilhetes encontrados no apartamento de Mateus da Costa Meira, 24 anos, estudante de medicina que transformou-se no primeiro "banal-killer" do Brasil moderno. Junto com os bilhetes, entre aparelhos de piratear CDs, foram achados 300 cartuchos de bala, dezenas de papérols de cocaína e algumas pedras de crack. Armas, drogas, tecnologia e loucura formam o coquetel cuja explosão fez suas vítimas num cinema do shopping Morumbi, em São Paulo.

A perplexidade frente ao horror provocado por Mateus Meira - ao matar três pessoas e ferir outras cinco - foi seguida de interrogações que tentavam, em vão, buscar razões definitivas para esta passagem ao ato tão espetacular que escapa a todas as significações possíveis. A quem (ao quê?) vamos atribuir a responsabilidade? Às drogas, aos problemas educacionais, à falta de amor parental, ao livre acesso à armas de fogo, ou mesmo a um distúrbio neuronal? Estas são causas com as quais julgamos poder entender e criar alguma forma de prevenção a tragédia do Morumbi. Necessárias, mas não suficientes para abarcar a dimensão do acontecimento.

Poderíamos acrescentar outras observações dizendo que Meira não é um "serial killer"; não escolheu suas vítimas e as matou em estudada seqüência como o fazem os herdeiros de "Jack, o estripador". Mesmo tendo declarado que planejou o crime por sete anos, ele não tinha a menor idéia de quem eram as pessoas atingidas pelas balas de sua submetralhadora. Talvez esteja mais próximo do



que costumou denominar-se "psychokiller", o sujeito que num surto mata os familiares ou os ex-colegas de emprego e depois suicida-se.

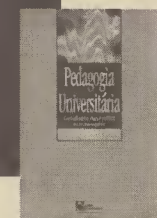
Meira inaugurou outra modalidade: não procurou a família, nem a escola de medicina. Buscou um lugar público, o mais representativo das trocas comerciais e sociais de nossa cultura: um shopping. Esses lugares, nos últimos anos, além de vender objetos de consumo, passaram a ser locais preferidos para os adolescentes passearem e se encontrar. Com seus disparos, atingiu também algumas crenças-chaves de nossa cultura, entre elas a de que se está seguro no ci-

nema de shopping. O jovem estudante baiano também fez outra escolha nada accidental. Elegeu "O clube da luta", filme que provocou discussões a respeito de suas respostas violentas e reducionistas - para não dizer fascistas - às angústias dos homens de culturas ocidentais modernas e bem desenvolvidas. Trouxe o horror para fora da tela, fazendo um esforço desesperado e insano de colocar um limite real a nossa passividade de expectadores. Neste mundo, onde as fronteiras entre aparências e o essencial foram definitivamente apagadas, o gesto de Mateus pode ser interpretado como uma tentativa de romper com as aparências e

o sangue artificial da tela. Ele nos mostrou sua consistência, cavou um lugar em nossa cultura fazendo a caricatura macabra de quem tem o poder de vida e morte sobre as pessoas. Com isso, não podemos tentar excluí-lo através de alguma patologia (que ele certamente tem). Ao contrário, ele conseguiu um lugar muito especial, bem no centro de nossa paradoxal condição: tornou-se lúdico representante da banalidade do mal. Não há nenhuma transcendência em seu ato, nenhuma explicação que invoque algo mais do que a puerilidade da vida cotidiana. Esta banalidade, que se esgota em sua própria mesquinhez, faz o fundamento de nossa busca de respostas para aplacar o mal-estar que nos concerne. É uma das condições de nossa cultura atual onde o sujeito se faz valer pelos atos e objetos que consome.

Em nossa história recente, lidamos com tentativas de racionalização científica de ideais de pureza racial e política a serviço de uma ideologia de Estado. Hannah Arendt analisa de forma magistral em "Eichmann em Jerusalém" como uma subjetividade pode adaptar-se aos discursos de um estado totalitário e criminoso. Porém, o que assistimos hoje e que denominamos banalização do mal, parafraseando Arendt, já é outra coisa além do nazismo. Os Mateus Meira que proliferam são jovens, de classe média, têm acesso aos bens de consumo e, amados na medida do narcisismo parental, não professam qualquer ideal seja religioso ou laico. Fazem medicina como poderiam frequentar qualquer outra instituição. O sexo pode ser homo ou hetero, pouco importa. Quando confrontado com o mal-estar no qual nossa cultura se encontra, nosso "banal killer" ("yes! também temos bananas", poderíamos dizer com sarcasmo) responde com sua "solução final", individualizada e completamente formatada para uma manchete da mídia que ele mesmo despreza.

ORELHA

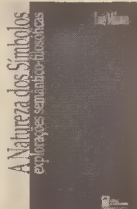


Pedagogia Universitária

Conhecimento, ética e política no ensino superior
Denise Leite (org.)
Coletânea de estudos efetuados na área de educação e pedagogia universitária. No primeiro bloco, trata de questões gerais concernentes à pedagogia e no segundo, remete a cursos de graduação específicos e seus currículos.
Editora da Universidade. 182p. R\$ 17,00.

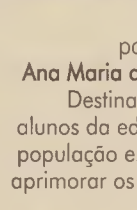
HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo



A Natureza dos Símbolos

Luis Milman
O autor defende o atomismo e o denotacionismo semântico. Enfrenta várias questões através de um esforço de elucidação das bases do conflito filosófico acerca da linguagem e da mente.
Editora da Universidade. 190p. R\$ 18,00.



Genética para que te quero?

Ana Maria de Oliveira Sacchet
Destinado à professores e alunos da educação básica e à população em geral que busca aprimorar os conhecimentos na área científica.
Editora da Universidade. 285p. R\$ 20,00.

WWW

Turismo

☒ www.pacotesturisticos.com.br/
Site desenvolvido por alunos do curso de Turismo da USP

☒ **Universidade**
www.ilea.ufrgs.br/cipedes
Estudos sobre ensino superior

AD NAUSEAM



Uma consciência crítica andarilha

O que leva uma pessoa a deixar a mulher, os filhos e uma situação estável para se aventurar numa peregrinação solitária pelo Interior do Brasil? O jornalista gaúcho Miral Pereira dos Santos, que desde 1992 percorreu mais de cinco mil quilômetros, sinaliza a resposta com uma citação de Paulo Freire: "Quando uma pessoa passa de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, não come, não bebe e não dorme enquanto não exterioriza sua indignação contra o que considera errado". Aos 58 anos, Miral já realizou três viagens pelo país em visitas a jornais e sindicatos para levar sua indignação. Assumiu a condição de andarilho da cidadania e prepara novo périplo com o objetivo de "despertar as consciências".

Silvânio Mariani

ADverso - O que levou o senhor a iniciar essas peregrinações pelo Brasil?

Miral - Em 1992, eu trabalhava num jornal em Esteio como contato publicitário e perdi o emprego. Como eu já estava muito indignado com todas as coisas que aconteciam, resolvi fazer uma peregrinação com a seguinte bandeira: em favor dos 147% para os aposentados. Eu queria visitar o máximo de veículos da imprensa do país para falar sobre isso. Se eu não sáísse para fazer alguma coisa na rua, na estrada, algo mais concreto além de simplesmente escrever contra o regime, eu iria ficar louco. A minha indignação era tamanha que eu precisava expressá-la. Então, saí em janeiro de 1992 e fiquei 90 dias na estrada. Percorri cerca de 5 mil quilômetros e visitei mais de cem cidades andando a pé, de carona e de ônibus quando tinha dinheiro. Caminhei cerca de 500 quilômetros, muitas vezes por gosto e também para economizar dinheiro. Às vezes, andava 60 quilômetros sem encontrar uma cidade ou uma carona. Posei embaixo de ponte, no mato, comendo o pão que o diabo amassou. Claro que eu fui preparado, levei colchonete, cantil, mochila e se fosse preciso eu ficava na estrada ou em uma ponte porque eu tinha as mínimas condições para sobreviver. Durante o percurso, visitei mais de cem jornais. Tenho nove livros de registros destas viagens e tenho ali arquivadas cento e poucas reportagens. E em abril de 92 voltei para casa.

Adverso - A mídia lhe trata com seriedade ou o que atrai é a figura do "cavaleiro solitário"?

Miral - Se eles ironizam dessa maneira, não é na minha frente... (risos). Digamos que 50% dos veículos que me entrevistam ou me procuram publicam algumas coisa. O resto talvez até escreva, tira foto, mas acaba aí. Eles não publicam. Os

grandes é que publicam mais e dão maior espaço. Os pequenos jornais do interior muitas vezes enfrentam problemas com a elite que domina a região. Mas eu preciso ficar em algumas cidades para visitar a imprensa e conchamar os colegas jornalistas para que eles se juntem a nós. Porque você sabe que a maioria da imprensa do país está venalizada pelo poder da elite. E tem o poder político.

Adverso - E o apoio de entidades da sociedade civil?

Miral - A maioria das entidades colabora porque são conscientes da necessidade da luta e comungam nessas idéias. Eu não vou doutriná-las porque elas sabem o que acontece.

Adverso - Este ano, o senhor sairá em novo périplo. Qual será o mote?

Miral - Vai ser a quarta peregrinação, sendo que desta vez vou ficar até perto das eleições do ano que vem. Estou angariando alguns fundos em algumas cidades e depois vou para o norte do Estado e subo para Santa Catarina, e assim por diante. Quero ir em cidades diferentes, onde não estive nas viagens anteriores, justamente para conchamar todas as esquerdas e as consciências críticas despertadas para que unam esforços nessa luta contra o FMI e também contra o desemprego e o neoliberalismo. Nós íamos muito bem até a chegada do neoliberalismo. Quando ele chegou, nossas esperanças para o futuro acabaram.

Adverso - Essa cruzada tem nome?

Miral - Eu daria o seguinte nome: "uma cruzada pela volta da vergonha na cara do brasileiro". Tudo vai piorando e estamos aí num marasmo. O Brecht (Bertold, dramaturgo) dizia: "espero, tenho fé que não passe pela vergonha de me acomodar". Eu quero que o brasileiro tenha vergonha na cara. Temos que sair às ruas com sindicatos, com associações porque sem isso não vamos conseguir a mudança. O sindicato é uma das coisas

mais importantes para a luta porque é a casa do trabalhador, é onde se congregam as pessoas para enfrentar alguma coisa, para se fazer algo. E nós não queremos só comida, queremos o prazer, queremos o amor, queremos a poesia. É aquela frase que diz "não se incomode, incomode". É até uma espécie de religião, porque você tem uma fé. Quando os bichos querem fugir de outros bichos, eles fazem um buraco no chão, quando os homens querem fugir de outros homens, eles fazem um buraco no céu. Se apegam à religião, à livros de auto-ajuda ou vão para a loteria. Tudo para fugir

para o futuro e se esconder do presente. Se esquecem que o amanhã é a mentira impiedosa que alimenta as vontades moribundas. O amanhã é nada.

Adverso - Sua motivação de militante é religiosa?

Miral - Eu lembro de um conceito do Paulo Freire que me motiva. Ele diz que ao se atingir a consciência crítica ela cobre a pele, a cabeça, tudo, e enquanto não se exterioriza essa indignação, a gente se tortura. Eu não me sinto um cidadão enquanto não disser o que sinto. Se você tem convicções que pode ser um agente de mudanças neste país, você tem que sair de alguma forma e dizer isso em alta voz, não se deve ter vergonha dessa fé e desse sonho. Em 94, saí para fazer outra viagem, nessas alturas contra as privatizações. Andei uns quatro ou cinco estados. A outra jornada foi em 96 e 97, tentando criar o comitê dos desempregados. Eu pedi o apoio para a CUT de Santa Catarina e eles disseram que eu podia ir trabalhando que depois poderíamos bolar os estatutos e tal. Fiquei quase um ano na estrada e eles não mandaram nem para mim nem para as comissões os tais estatutos. Eles alegaram que, em razão das dificuldades financeiras, esses comitês exigiriam fonte de manutenção e outros obstáculos.

Adverso - E qual tem sido o resultado dessas viagens?

Miral - O principal retorno é manter a minha esperança, embora seja uma palavra relativa porque não se pode espe-

rar demais. Temos que trabalhar para fazer alguma coisa e colocar base concreta no sonho. Sonhar de mãos desocupadas não adianta muito. E de repente eu sirvo de exemplo para outros. Eu poderia me retirar para meus chinelos, para meu pijama, mas sei que não poderia ficar em casa, não gosto de ficar em casa. Eu tenho um sentimento de solidariedade muito grande, não posso ver outros

seres humanos morrendo por causa de um esquema internacional feito para explorar outros seres humanos e deixar os trabalhadores desempregados. Usam a classe trabalhadora até a últi-

ma gota de sangue e depois a jogam na lata do lixo.

Adverso - O senhor definiu um roteiro para essa nova peregrinação?

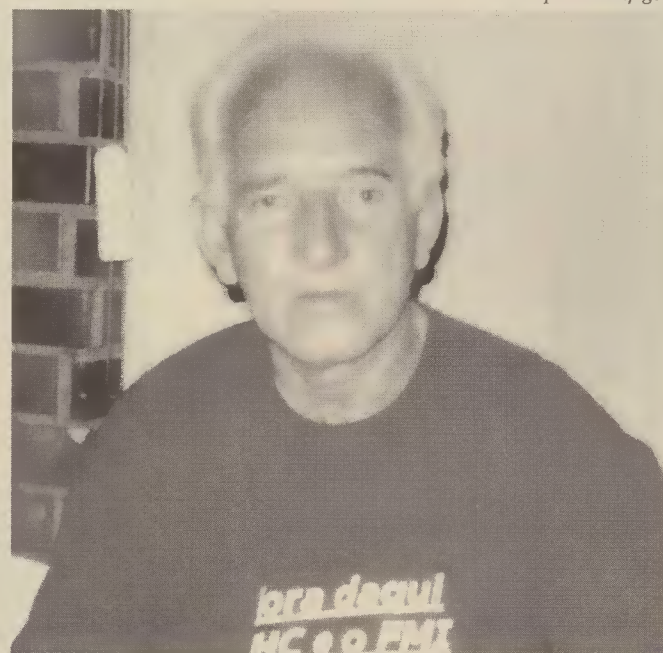
Miral - Não, não tenho plano estabelecido. Tenho um plano contínuo, vou para Pelotas, depois Santa Maria depois vou cair na fronteira do estado e vou subindo.

Adverso - E como os seus filhos e a sua esposa encaram as viagens que costumam mantê-lo longe de casa por vários meses?

Miral - A família, felizmente, para mim, adotou minhas idéias. Eles sabem que se eu ficar em casa, me transformarei num louco. Isso no modo de dizer, porque dizem que o mundo do amanhã é dos loucos de hoje. Minha família sabe da minha indignação e sabe que eu não posso ficar indiferente ao que está acontecendo, e a indiferença é uma espécie de crime que eu não admito. A indiferença é colaboracionista. Se tu ficas indiferente, tu estás colaborando com o que está aí.

Adverso - Com essa trajetória de contestação, o senhor nunca pensou ou foi convidado a assumir um cargo político?

Miral - Eu fui secretário de associações de bairros e cheguei a coordenar algumas campanhas mas nunca quis ser político com cargo. Em 92, fui convidado para assinar ficha no PPB e concorrer a vereador em Sapucaia, mas não aceitei. ✱



Miral: pé na estrada para arrancar o povo de sua passividade

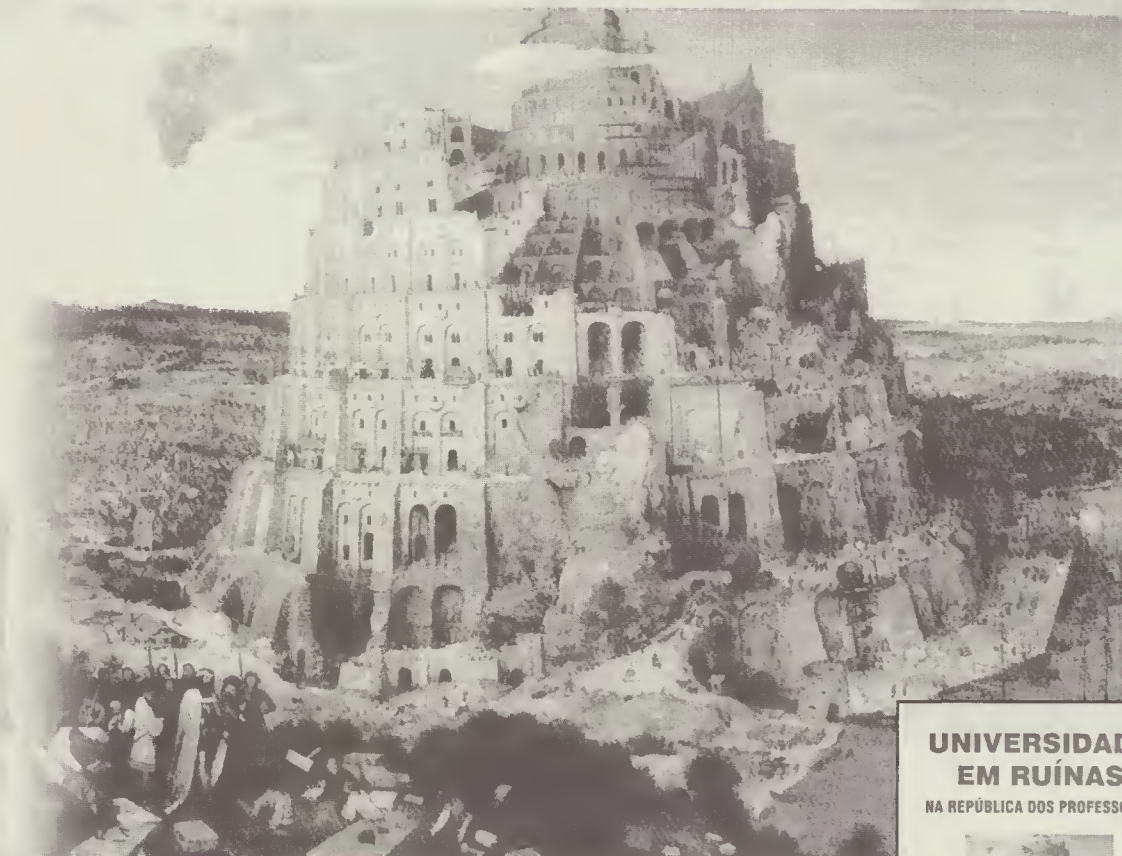
"A indiferença, que é criminosa, também é colaboracionista com tudo o que está aí"



O fim premeditado da *Universidade*

Nunca a Universidade Pública enfrentou tantos desafios. Crise financeira, crise no modelo e crise de identidade gerada pelas críticas ao suposto elitismo da instituição. A atuação do governo no problema é clara: enquanto promove o desfinanciamento progressivo, insiste nos argumentos favoráveis à privatização, tida como panacéia para todos os males do ensino superior. Segundo especialistas, a saída para os dilemas da universidade pública começa na instituição. Isso é o que propõe o livro "Universidade em Ruínas - na República dos Professores", que reúne a produção de intelectuais numa perspectiva acadêmica e política. O ex-reitor da Ufrgs, Héglio Trindade, é um dos autores e explica ao Adverso porque os professores devem romper com o "paroquialismo" que caracteriza as discussões para sair da atitude meramente reativa à agenda do governo.

Silvânio Mariani



"Universidade em Ruínas - na República dos Professores", Ed. Vozes, 222p. Coletânea de textos de pesquisadores ligados ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior

UNIVERSIDADE EM RUÍNAS
NA REPÚBLICA DOS PROFESSORES



Héglio Trindade (organiz.)
Nelson Cardoso Amaral
Márcia Chavil
Luz Ândria Cunha
José Dias Sobrinho
João Ferreira de Oliveira
Afrânio Mendes Catani
Dávy I. Ristoff
Valdemar Spissardi

ADverso

- O livro contém artigos questionadores sobre a política do Planalto com relação ao ensino superior. Pode-se considerar esse lançamento como uma denúncia ao governo de Fernando Henrique?

Héglio Trindade - Esse é o paradoxo deste governo, formado por vários professores egressos de universidades públicas paulistas, principalmente da USP, e que não procuram reverter o desfinanciamento progressivo da universidade pública. O ministro Paulo Renato Souza (*Educação*), que foi reitor da Unicamp e teve a experiência da implantação da autonomia nas universidades paulistas no governo Orestes Quécia, conhece bem o problema. Estas têm um financiamento bastante adequado, regularmente desembolsado e sem "contrato de gestão". USP, Unesp e Unicamp recebem R\$ 2 bilhões por ano enquanto as 39 universidades federais recebem R\$ 5,5 bilhões. No governo FHC, a "república dos professores" não realizou aquilo que teria competência, experiência e obrigação de fazer.

Adverso - De certa forma, foi uma decepção para a academia?

Héglio - A decepção foi que, ao contrário do que se esperava, o nível de financiamento se rebaixou de tal forma nesse governo que a quase totalidade das universidades não conseguia fechar suas contas no final do ano e faltava verba para pagamentos básicos como água, luz e telefone. Esse desfinanciamento se traduziu também no corte no fomento da pesquisa e nas bolsas. Embora não tenha havido extinção das bolsas, elas diminuíram significativamente. Na pós-graduação, o número de cursos cresceu em 25% e o de matriculados em 35% nos últimos cinco anos. Mas a oferta

de bolsas teve crescimento negativo de 0,6%. Se temos um Proer para salvar bancos, poderíamos ter criado um "fundo especial" para salvar as universidades da ruína!

Adverso - O discurso oficial é de ênfase nas privatizações, tendo como referência o suposto sucesso do modelo norte-americano. Dentro dessa lógica, não seria um contra-senso o governo investir nas universidades públicas?

Héglio - A visão que se tem com relação ao ensino superior nos Estados Unidos é de um sistema predominantemente privado e desregulamentado. Trata-se de uma visão distorcida. É verdade que as primeiras universidades de prestígio do Leste dos EUA, como Harvard e Yale, seguiram o modelo inglês e são grandes universidades privadas. Mais tarde desenvolveu-se no país uma rede de universidades estaduais públicas. Hoje, mesmo as universidades de pesquisa privadas têm uma função pública nos Estados Unidos porque respondem a um duplo requisito: recebem financiamento público e têm sua gestão definida pela comunidade acadêmica, sem controle das mantenedoras. O problema com as universidades privadas brasileiras é que elas estão submetidas às estratégias de gestão das mantenedoras. Na Universidade de Stanford (*privada*), 70% do orçamento de ensino provém do pagamento dos alunos e em Berkeley (*pública não-gratuita*) não ultrapassa os 45%. O orçamento próprio de pesquisa nas duas instituições não ultrapassa 10% e o restante é financiado pelos governos federal e estadual. Então, é apresentar uma visão distorcida dizer que as universidades dos EUA são comandadas pelo mercado e as privadas tem hegemonia total. Nos EUA, 70% dos alunos estão em universi-

dades públicas. Exatamente o inverso do Brasil, onde temos 70% em universidades privadas. Essas análises que dizem que a privatização da universidade é a solução e que o mercado é que deve controlar são equivocadas. O Brasil é o 7º país no mundo em privatização do ensino superior enquanto os EUA estão no 20º lugar no ranking internacional. A Alemanha, que é o país de capitalismo mais avançado na Europa, mantém um sistema de universidades públicas e gratuitas.

Adverso - Mas o governo quer, realmente, privatizar o sistema público de ensino superior?

Héglio - Eu diria que o governo optou por uma estratégia de qualificação do ensino privado sem assumi-la como tal, mas vários mecanismos foram criados nesse sentido. Penso que o Provão é um deles e a médio prazo será a forma de legitimar o financiamento das universidades privadas. Com relação às universidades públicas, não há uma política global, mas um conjunto de medidas isoladas, aparentemente sem nexos, soldadas pela LDB e que formam, na realidade, um conjunto de reformas dentro da ótica do governo. Por enquanto, temos um "frankenstein".

Adverso - O senhor tem criticado abertamente o projeto de autonomia do MEC. Por que?

Héglio - Porque esse modelo já foi adotado na Itália dos anos 30 pelo ministro da Educação de Benito Mussolini, o Giovanni Gentile que, numa coincidência muito instigante, propôs a autonomia universitária e a escolha do Reitor pelo governo. Gentile distinguia na reforma dois tipos de universidades: a de tipo A, com mais autonomia e financiamento e as de tipo B, com menos autonomia e financiamento. E propôs um estímulo especial para as universidades de tipo C, as privadas. O fascismo propunha na Itália a

“O MEC propõe um frankenstein”

escolha do reitor com a nomeação pelo ministro da Educação sob argumento de que era um imperativo ético do Estado, rompendo o modelo anterior italiano quando era escolhido pela comunidade universitária. A primeira contradição da “autonomia” foi quando o governo definiu detalhadamente o formato da eleição para os dirigentes das universidades, definindo regras estritas e proporcionalidades, mantendo a nomeação pelo presidente da República. Em qualquer universidade autônoma o processo deve se esgotar dentro da instituição. Se não bastasse, a crise na UFRJ ilustra bem a disposição do governo de partir para um enfrentamento direto contra a vontade da comunidade universitária.

Adverso - Pelo que o senhor disse, o governo está receitando um modelo de autonomia que tem sua origem no regime fascista...

Hélgio - É uma coincidência histórica, não estou querendo insinuar que o governo atual tenha adotado uma receita fascista. Mas o governo deveria ter a modestia de dizer que não está oferecendo nenhuma política avançada sobre o que tradicionalmente se fez em matéria de ensino superior.

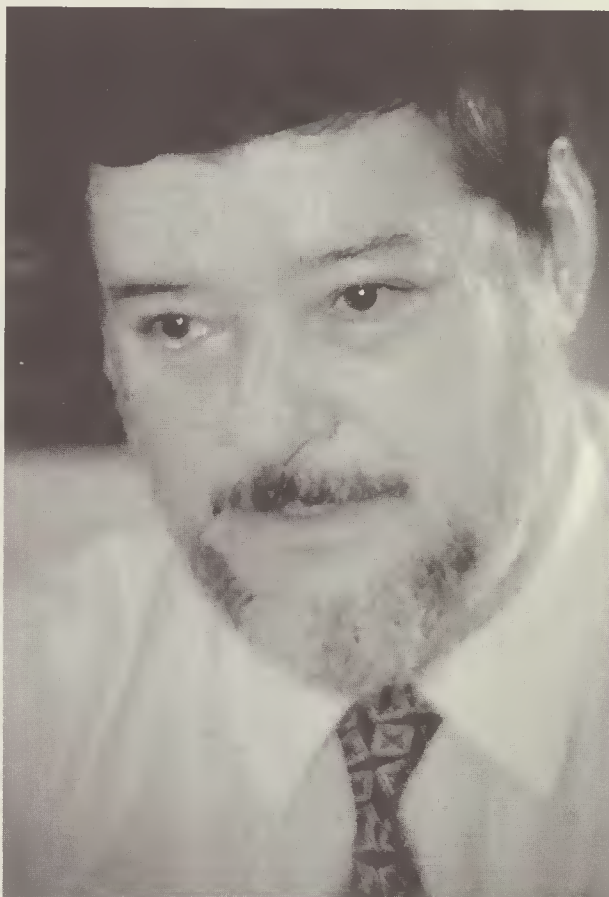
Adverso - Em se tratando de percentual de matrículas, qual é a situação entre os ensinos público e privado?

Hélgio - Nos anos 60, o Brasil tinha 40% de matrícula nas universidades privadas e 60% nas públicas. Hoje, inverteu-se a situação e o país tem 65% de matrículas nas privadas. Essa expansão do ensino privado se deu de forma voluntariamente descontrolada. Depois da fase de criação das universidades católicas, houve uma segunda onda de privatização comandada pela mera demanda por ensino superior no país. Os militares fizeram então uma clara divisão do trabalho. Por um lado, estimularam nas públicas a pós-graduação e a pesquisa, as bolsas de financiamento etc. Três décadas de investimento pesado fizeram com que a universidade pública brasileira fosse a mais desenvolvida da América Latina. Era a época do “Brasil potência”. Por outro lado, expandiram o sistema de acesso ao ensino superior pela via privada com tal liberalidade que desembocou na corrupção. Pagava-se para mudar pareceres e aprovar instituições. Por isto o Conselho Federal de Educação foi corajosamente fechado pelo presidente Itamar Franco. Foi nesta época que surgiram as famosas faculdades isoladas, especialmente em áreas que não eram as mais relevantes mas eram rentáveis e aí se disseminou este quadro de hegemonia do ensino privado.

Adverso - O senhor tem fé que a universidade pública brasileira vai conquistar a desejada autonomia?

Hélgio - Até agora, a bandeira histórica da autonomia não foi conquistada pelas universidades públicas federais. O governo até hoje apresentou três propostas, que mostraram a sua ambigüidade conceitual e fragilidade política. Foram marchas e contra-marchas que não resultaram em nada. A primeira foi retirada por pressão do MARE, a segunda por veto da área econômica e a atual por forte reação contrária da comunidade universitária e das sociedades científicas. Na última proposta de autonomia *a la carte*, cada universidade teria um nível diferenciado de autonomia e somente teriam “plena autonomia” as universidades que fizessem um “contrato de gestão” com o governo. Hoje sabe-se que o MEC desistiu de reapresentar o projeto e pretende atingir seu objetivo através de medidas pontuais ao invés de criar uma comissão nacional de alto nível para propor uma política séria e consistente. Como se faz nos países onde a universidade é levada a sério.

Adverso - O que o senhor quer dizer quando afirma que estamos caminhando para a “paulis-



Hélgio: governo de professores decepcionou

tização” do sistema de ensino superior no Brasil?

Hélgio - É o seguinte. Nos anos 60, a USP teve um papel central na formação de recursos humanos porque era geradora de conhecimentos e formadora da intelectualidade. Nós assimilávamos o Brasil através dos livros que saíam da USP, que era o grande centro gerador de conhecimentos. A partir dos anos 70, houve uma democratização na geração de conhecimento e na formação de recursos humanos. Com a pós-graduação e pesquisa, outras universidades públicas se transformaram em centros formadores e geradores de conhecimento e a USP perdeu o monopólio do saber. Se a dinâmica entre as públicas federais e as estaduais paulistas continuar se aprofundando, vamos assistir nos próximos anos ao retorno da hegemonia do sistema paulista. A prova de que esse financiamento é muito importante é o crescimento da Unesp. Estamos diante de um quadro onde não se vislumbra uma política nacional para a educação superior. Daqui a cinco ou dez anos teremos a paulistização do ensino superior, voltando à situação dos anos 60.

Adverso - Essa análise pressupõe que a universidade serve como instrumento para se alcançar certo tipo de hegemonia. A universidade tem servido como instrumento político?

Hélgio - A universidade é um recurso nessa disputa pela hegemonia, que na verdade é uma luta de elites regionais desejosas ter o domínio do país. Quando São Paulo foi derrotado pela Revolução de 30, as elites paulistas decidiram que era fundamental criar uma universidade, a USP, e trouxeram professores franceses e americanos. O ex-ministro José Goldemberg, quando ainda era reitor da USP, disse numa reunião da SBPC, em Curitiba, que a USP deu certo porque houve uma decisão política de que era necessário formar uma nova elite através da universidade para enfrentar a derrota de 30. A Ufrgs também não se explica, noutro contexto, sem o papel político da elite positivista republicana. Um estudo da Maria Rita Loureiro mostrou que são egressos de duas ou três instituições nacionais e internacionais os poderosos economistas que hoje praticamente mandam no Brasil. Nessa perspectiva de pesquisa que vai além da análise

institucional das universidades evidencia-se claramente as estratégias regionais das elites. Esse olhar de longo prazo sobre o papel da universidade nessa relação com o Estado e o desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental. A universidade não pode ser vista como uma instituição situada num limbo histórico, porque ela lida com processos que têm impacto de curto e médio prazo sobre hegemonias regionais e nacionais.

Adverso - A única saída é o investimento nas demais universidades do país...

Hélgio - É evidente, porque é esse o milagre da qualificação das universidades. A Ufrgs, por exemplo, tem a metade do espaço físico da federal de Minas (UFMG) e mesmo assim tem maior quantidade de cursos de doutorado e mestrado, tem provavelmente mais grupos de pesquisa no CNPq e nosso desempenho na Capes tem mostrado nos últimos cinco anos um nível mais alto do que a federal de Minas. Temos uma situação mais desfavorável em espaço físico até para laboratórios mas nosso desempenho é maior. Quando era pró-reitor de pesquisa e pós-graduação, fui convidado pelo professor Ivan Izquierdo para visitar seu laboratório a fim de conhecer a precária situação em que ele trabalhava. Eu fiquei impressionado de entrar numa quase pocilga chamada de “laboratório” no antigo prédio da Medicina. No entanto, ali se fazia pesquisa sobre memória do mais alto nível e de reconhecimento internacional que todos somos testemunha. Esse milagre tem a ver com a qualificação dos nossos recursos humanos.

Adverso - O senhor localiza as origens da crise na universidade pública em locais externos à instituição. A própria academia não é responsável por muitos de seus problemas? O filósofo e professor da USP, Roberto Romano, critica com frequência o corporativismo universitário...

Hélgio - Como já disse o antropólogo Octávio Velho, o corporativismo é como colesterol, tem o bom e o ruim. A universidade tem um traço de corporativismo desde as suas origens no sentido de se preservar quanto a ingerências do poder religioso, estatal ou do mercado que possam afetar sua liberdade acadêmica. Esse é o corporativismo que deve ser preservado. Agora, existe também o mau corporativismo que é a defesa da universidade como se fosse uma torre de marfim que não quer se comunicar com sociedade. É a universidade cativa. Dentro dela podem estar pessoas que atuam em defesa de determinados privilégios e interesse e não em defesa da universidade. Temos que admitir a crise aguda e isto está afetando o próprio tecido da instituição. Isso é parte da ruptura do tecido que se manifesta pela própria desagregação da instituição. Mais grave que a ruína física da Torre de Babel será a perda da base de solidariedade que cimenta a instituição universitária e começarmos, no interior da universidade, a falar várias linguagens contraditórias.

Adverso - Em resumo, é a imagem bíblica da Torre de Babel, utilizada na capa do livro?

Hélgio - A imagem da Torre de Babel se relaciona a isso. Observa-se no comportamento da comunidade universitária, nas suas relações com setores mais variados da sociedade e governo, que está se desagregando um certo *ethos* institucional, produzindo outros tipos de inserção e fragmentação de sua unidade. Ela acaba se transformando numa agência de produção de serviços e de conhecimento voltados para fora, mais perigosamente quando legitimados por estímulos governamentais. É o que recente livro chamou nos EUA de “universidade capitalista”. Sem cair numa visão idealista da universidade, devemos estar conscientes desses riscos que solapa por dentro o sentido público da instituição universitária.

